



***PARA ALÉM DE UMA LIGA ACADÊMICA SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: TECENDO REFLEXÕES A PARTIR DA LACIGS+***

***MÁS ALLÁ DE UNA LIGA ACADÉMICA SOBRE DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO: TEJIENDO REFLEXIONES DESDE LACIGS+***

***BEYOND AN ACADEMIC LEAGUE ON SEXUAL AND GENDER DIVERSITY: WEAVING REFLECTIONS FROM LACIGS+***

*Iago Sergio de Castro Farias*<sup>1</sup>

*Rodrigo Cleber Leão de Oliveira*<sup>2</sup>

*Aline Stefany Queiroz Leite*<sup>3</sup>

*Laize da Fonseca Araújo*<sup>4</sup>

**RESUMO**

Entende-se que o surgimento de ligas acadêmicas visa suprir as lacunas no ensino superior, para que possibilitem outras formas de aprendizados e trocas de conhecimentos, sendo assim entendemos a importância de uma educação que compreenda a urgência de um ensino que leve em consideração as intersecções de cada contexto, vivências e os múltiplos saberes, a LACIGS+ nasce da ausência de um espaço de ensino que fomente o debate sobre diversidade sexual e de gênero. Este trabalho busca ampliar o pensamento de atuação de uma liga acadêmica, principalmente quando seu assunto envolve corpos ditos subalternos, como a população LGBTQIAPN+. Nesses casos as LA se tornam espaços não só de crescimento acadêmico, mas político e comunitário desses estudantes. Portanto é imprescindível que haja uma ampliação do conceito de ligas acadêmicas, a fim de abarcar construções sociais e proporcionar às pessoas lugares de conhecimento do outro e de autoconhecimento em diversos aspectos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Sexualidade. Educação. Interseccionalidade. Ligas Acadêmicas.

<sup>1</sup> Mestre em enfermagem. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP/UFPA. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP/UFPA. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

<sup>4</sup> Graduada em psicologia. Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, Pará, Brasil.

## RESUMEN

Se entiende que el surgimiento de ligas académicas tiene como objetivo llenar los vacíos en la educación superior, de manera que posibiliten otras formas de aprendizaje e intercambio de conocimientos, por ello entendemos la importancia de una educación que comprenda la urgencia de una enseñanza que tenga en cuenta las intersecciones de cada contexto, experiencias y saberes múltiples, LACIGS+ nace de la ausencia de un espacio de enseñanza que fomente el debate sobre la diversidad sexual y de género. Este trabajo busca ampliar el pensamiento de una liga académica, especialmente cuando su temática involucra a los llamados cuerpos subalternos, como la población LGBTQIAPN+. En estos casos, las LAs se convierten en espacios no sólo de crecimiento académico, sino también político y comunitario para estos estudiantes. Por lo tanto, es fundamental que se amplíe el concepto de ligas académicas, con el fin de abarcar construcciones sociales y brindar a las personas lugares para conocer a los demás y autoconocimiento en diferentes aspectos

**PALABRAS-CLAVE:** Género. Sexualidad. Educación. Interseccionalidad. Ligas Académicas.

## ABSTRACT

It is understood that the emergence of academic leagues aims to fill the gaps in higher education, so that they enable other forms of learning and exchanges of knowledge, and so we understand the importance of an education that understands the urgency of a teaching that takes into account the intersections of each context, experiences and multiple knowledge, LACIGS+ is born from the absence of educational space that fosters the debate on sexual and gender diversity. This work seeks to broaden the thinking of action of academic league, especially when its subject involves so-called subaltern bodies, such as the LGBTQIAPN+ population. It is therefore essential that there is an enlargement of the concept of academic leagues in order to encompass social constructions and provide people with places of knowledge of the other and of self-knowledge in many aspects

**KEYWORDS:** Gender. Sexuality. Education. Intersectionality. Academic Leagues.

\* \* \*

## Introdução

O processo de construção de um modelo de educação superior que resulte em profissionais capacitados para atuar em suas profissões da melhor maneira possível já é alvo de discussões há muitas décadas através das diversas reformulações dos currículos e dos projetos políticos pedagógicos das Instituições de Ensino Superior (IES). As Ligas Acadêmicas (LA) surgem na década de 1920 no Brasil como uma ferramenta de ensino que acrescentaria na formação e na capacitação desses profissionais (Vanessa Costa *et al.*, 2020).

Segundo os autores, a primeira LA nasceu em 1920 como a liga de combate à sífilis, na Universidade de São Paulo (USP). Porém é desde os anos de 60 e 80 que as LA começam a ser criadas, primeiramente a partir de demandas dos movimentos estudantis, principalmente, como protesto aos movimentos políticos vigentes na época (Costa *et al.*, 2020). Atualmente as LA se concentram, em sua maioria, nos cursos ligados à área da saúde.

As LA não possuem uma regulamentação nacional, estando a cargo das IES a normatização destas. Em suma, se caracterizam por serem atividades extracurriculares que surgem de lacunas encontradas nos processos de formação profissional (Costa *et al.*, 2020), ligadas estritamente ao tripé universitário (ensino – pesquisa - extensão), tendo supervisão direta ou indireta de profissionais vinculados (as, es) às instituições de ensino superior (Ana Cavalcante *et al.*, 2021).

Entre os principais pontos positivos das LA está a possibilidade de aprendizado dos alunos (as, es) sobre as práticas de suas profissões através da construção de atividades teórico-práticas que aliam o conhecimento e a produção de conhecimento com a prática e o estreitamento dos vínculos entre as universidades e as comunidades. Além disso, pode-se pensar na construção do conhecimento em grupo como um dos fortes do trabalho das LAs, principalmente se estas forem multiprofissionais, pois, com o conhecimento de diversas áreas do conhecimento existe a possibilidade da ampliação do olhar dos futuros profissionais de maneira crítica (Leonardo Souza, Cinthia Noguchi e Lucas Alvares, 2019).

Diante disso, este artigo busca pensar e expandir os olhares sobre uma Liga Acadêmica a partir das experiências na Liga Acadêmica de Cuidados Integrais à Diversidade Sexual e de Gênero (LACIGS+), pensando e questionando as próprias críticas feitas às Ligas Acadêmicas e buscando pensar seu papel para além do acadêmico, principalmente quando ligado a questões transversais à população LGBTI+.

A LACIGS+ surge em 2016 como uma inquietação de estudantes de diversos cursos e instituições de ensino superior em Belém-PA. Seu objetivo primordial era preencher a lacuna do conhecimento sobre cuidados integrais a população LGBTQIAPN+ que eram ínfimas ou inexistentes na época (e ainda são atualmente). Desde sua fundação trabalha no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão de maneira multiprofissional, através de aulas, eventos, grupos de estudos, assim como de ações em escolas, universidades e nas unidades de saúde

A liga hoje é constituída integralmente por pessoas LGBTI+ que vivem em Belém do Pará ou em regiões metropolitanas da cidade. Pontua-se que atualmente contamos com cerca de 30 ligantes, sendo a grande maioria estudantes universitários, além de profissionais formados que construíram a LACIGS+ durante sua formação universitária e continuam sua construção agora que estão formados. A Liga é constituída por um coletivo de 12 coordenadores que estão dispostos em duplas entre as coordenações (Geral, Administrativa, Projetos, Núcleo de estudos e pesquisa, multimídia e financeira), ademais trabalhamos em forma de grupos de trabalhos para realizações de atividades pontuais. Ademais, não estamos vinculados a nenhuma IES,

sendo assim quando fazemos encontros, eventos, reuniões e etc, fazemos por conta própria ou em parceria com grupos e instituições que conheçam o nosso trabalho e defendam as mesmas pautas pelas quais nós lutamos.

A Liga de Cuidados Integrais a Diversidade Sexual e de Gênero busca desenvolver atividades que atendam a formação em cuidados integrais à diversidade sexual e de gênero a partir do tripé do conhecimento interseccional, decolonial e regional, dialogando com movimentos políticos e culturais, bem como propiciando espaços seguros de convivência e resistência para a população LGBTI+ da Amazônia. Por conseguinte, nossas atividades seguem e se estruturam da seguinte forma: Reuniões Administrativas, Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão, Participação e construção de projetos de caráter político e cultural, Formação de espaços seguros de convivência, círculos de cuidado e resistência à população LGBTI+ da Amazônia, entre outras coisas.

Concorda-se com Milena Lacerda (2018) quando afirma a invisibilidade das pautas LGBTI+ dentro da educação, tanto na garantia de proteção desses indivíduos dentro dos sistemas educacionais, desde a escola a universidade, quanto na ausência do tema nas formações e a perpetuação de um ideal branco-hétero-cis. Somando-se a isto, pode-se pensar uma das maiores críticas às LA que é proporcionar uma especialidade aos alunos sem que haja uma tentativa das unidades de ensino de reaver o currículo na tentativa de suprir a lacuna estabelecida pela liga (Souza *et al.*, 2019).

A presença de pessoas LGBTI+ dentro das universidades já é, por diversas vezes silenciada e apagada, assim como acontece com outras minorias sociais como as mulheres, os negros, indígenas e quilombolas. Nesse caso a Liga Acadêmica cria espaços para troca de conhecimento e afirmação, inclusive dentro das universidades. A LACIGS+ atua por conta própria na cidade de Belém a 4 anos, devido à ausência de professores ou profissionais ligados às IES que estudassem o tema ou que estivessem dispostos a construir a partir destas discussões. Logo, como pensar a aliança entre LA e IES, na construção de um currículo inclusivo, como é almejado por alguns autores (Costa *et al.*, 2020) se existe um apagamento das vivências nas grades dos cursos de graduação e, principalmente, no ambiente universitário?

Diante disso, buscou-se, através das nossas vivências enquanto coordenadores da LACIGS+ nesses últimos anos, pensar, questionar e elaborar questões acerca do papel de uma Liga Acadêmica de sexualidade e gênero em seu fazer que, até dentro da academia, se difere do que é pensado, de maneira restrita, para uma Liga Acadêmica. Para tanto, este artigo será separado em 3 tópicos. A atuação acadêmica, a atuação política e a atuação interna de cuidado,

na tentativa de levantar questões pertinentes que nos ajudem a elaborar novas formas de visualizar as atuações possíveis dentro das LA.

### **Repensar o ensino e a academia**

Para pensar a realidade da educação no Brasil, faz-se necessário refletir sobre as estruturas que constroem e permeiam nossa sociedade, que se originam a partir de violências históricas, como o racismo, machismo, patriarcado, LGBTfobia, capacitismo entre outras. Dessa forma, Bell Hooks no seu livro *Ensinando a transgredir* (2017), nos lança uma reflexão muito pertinente quando questiona que em muitas escolas que nós frequentamos é possível perceber o repasse de um ensino que refletia a noção de um único pensamento e experiência, uma norma que éramos incentivados a acreditar que fosse universal. Cândida Alves e Polianne Delmondez reforçam em seus escritos que a história que contam para nós "é aquela dos 'vencedores', que louvam o que consideram suas conquistas e pintam o mundo de modo a omitir quaisquer falhas ou aspectos negativos de sua civilização"(Alves e Delmondez, 2015, p. 649).

A partir disso se estabelece um ideal de ser humano, atendendo às características de ser do sexo masculino, branco, cristão, heterossexual, possuidor de renda e uma família aos moldes cristãos. Pressupostos como esses são fruto de opressão, exploração e dominação que se estruturam por meio da colonização e que se perpetuam através da colonialidade, esta última se sustenta por meio da imposição e classificação racial/étnica da população, uma vez que existências não europeias, não ocidentais, não são vistas como pertencentes a humanidade. Sendo assim, as estruturas coloniais se reatualizam por meio das formas de subjugação e os sistemas de violências (Fátima Lima, 2020).

Portanto, torna-se um projeto de aniquilação, "nos termos decoloniais, pode-se dizer que, basicamente, a colonialidade promove dominação política (poder), epistemológica (saber) e ontológica (ser)" (Trzan e Mattar, 2022, p.9). Por conseguinte, saberes, valores, sexualidades, modos de ser, identidades, são considerados pela lógica colonial como inferior. Nesse ínterim, várias existências, corpos e subjetividades na sociedade continuam em uma situação em que lhes é negada a voz sobre si mesmas, são invisibilizadas, sendo submetidas à subalternidade e a condições de vulnerabilidade, por isso são impedidos de se constituírem como sujeitos políticos e resistirem ao sistema colonial (Alves & Delmondez, 2015). Isso implicará também no acesso a espaços e direitos, na construção de políticas públicas que alcancem de forma equitativa, e reconheçam a existência dos sujeitos marginalizados.

Muitas vezes, o terreno das políticas públicas se funda num campo universalista que, embora não seja o intuito inicial, resulta em exclusão de sujeitos não somente à margem social, mas, ainda, de indivíduos e grupos heterogêneos. A multiplicidade de grupos e atores sociais já não permite ignorar as diferenças, pois, a partir delas, é possível perceber que uma sociedade plural é também uma sociedade diversa (Ana Farranha e Lucas Silva, 2021, p. 52).

A academia se torna um campo propício para a manutenção dessa hegemonia e do *status quo*, tendo em vista que a maioria dos autores dentro dos planos de ensino nas universidades são homens brancos e europeus, logo, por vezes o que vem de fora é aceito como completo e acabado, por isso tomamos como natural em um cenário que o eurocentrismo se enraizou como paradigma dominante nas mais diversas esferas da vida humana, em detrimento do genocídio e epistemicídio de outros saberes e povos (Alves; Delmondez, 2015). Questionamos, então, o lugar da academia enquanto corpos e identidades que fogem da norma estabelecida, dessa maneira, pensar o que os nossos corpos dissidentes significam para a academia, na academia e o que esta instituição significa para nós.

Assim, observa-se frequentemente um silenciamento de estudantes que adentram a universidade e não estão dispostos a aceitar sem questionar as imposições dos pressupostos e valores hegemônicos, burgueses, privilegiados e cisheteronormativo, deste modo as discussões conservadoras da norma no ambiente universitário mostram a ausência de um diálogo construtivo (Hooks, 2017). Grada Kilomba (2019) em seu livro *Memórias da Plantação* escreve que a academia não é um lugar neutro, inúmeras vezes, muitas delas negras e LGBTI+ são sistematicamente desqualificadas, não validando seus conhecimentos e que por vezes também é um espaço de violências, ao passo que somos ensinados a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador.

Para refletir sobre a presença de identidades dissidentes no espaço da universidade é importante problematizar que muitos temas não são inseridos dentro das disciplinas, conseqüentemente, as questões que envolvem diversidade sexual e de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência não costumam ser debatidas por iniciativa dos professores e da instituição, com raríssimas exceções (Trzan; Mattar, 2022). Se perpetua um discurso e uma prática generalizante e universalista, desconsiderando muitas vezes os atravessamentos e demandas específicas de cada indivíduo. Tensiona-se então a problemática: *somos todos iguais, somos todos humanos*, pois, surgem questionamentos a partir disso, como e de quais humanos estamos falando? Quem fala e de onde se fala?

Alexandre Trzan e Cristine Mattar (2022), refletem a partir desse contexto de universalizar e generalizar as vivências e atravessamentos;

Não poucas vezes nos deparamos com a frase somos todos humanos, sempre como uma tentativa de invisibilizar e sufocar as problematizações que denunciam a necessidade de observarmos atentamente as questões de raça, classe, género, sexualidade, território, religião, que atravessam as subjetividades de maneiras muito diferentes. Tais questões apontam para processos de subjetivação não universais, sempre contextualizados de acordo com a localização social e o tempo histórico ocupado por cada ser. Dessa forma, utilizar a interseccionalidade como categoria analítica é fundamental para não gerar interpretações, descrições e compreensões universais para corpos tão plurais. (Trzan; Mattar, 2022, p. 57).

Romper com a noção de humanidade universal é um importante passo para o processo de descolonização, além disso ampliar o olhar para visualizarmos as múltiplas desigualdades e contextos na realidade social, bem como compreender as múltiplas opressões e violências que podem se interrelacionar, tornando a experiência de uma pessoa ou de um grupo social ainda mais marginalizada e invisibilizada (Farranha; Sena, 2021).

Na escrita de Ana Farranha e Lucas Sena (2021) constroem-se reflexões de que "a interseccionalidade pode ser vista como um instrumento de análise para se estudar, entender e responder por que os marcadores sociais, quando intersectados, produzem opressões mais complexas" (Farranha; Sena, 2021, p.61).

Não sendo, pois, uma soma de opressões, mas um sistema complexo que se inter cruzam e que ocorrem muitas vezes de forma concomitante;

Em vez de somar identidades, analisa se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (Akotirene, 2019, p. 27).

Por conseguinte, é urgente uma tomada de consciência, e um movimento crítico, que visem mudanças nas nossas práticas de ensino, na busca de uma ética e responsabilidade com as vidas, com os sujeitos e os processos subjetivos. Convocamos então as instituições académicas e todas as pessoas que fazem parte destas a transformar e criar espaços propícios para intervenção, assim, "todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais" (Hooks, 2017, p. 50).

Reafirmamos que a descolonização implica descolonizar nossos saberes, práticas e espaços, e conquistar e/ou reconquistar a autonomia que nos foi tirada ou negada, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia (Kilomba, 2019). Acrescento também como uma retomada e apropriação da nossa história, do nosso direito de existir e ser, a fim de olhar para as nossas narrativas e memórias não através da ótica dominante e colonizadora, mas que sejam reconhecidas e validadas as oralidades que por vezes não são escritas e contadas.

### **Breve histórico do movimento LGBTQIAPN+**

As primeiras organizações políticas LGBTI+ no Brasil são datadas na década de 70, na busca por direitos e se inspirando em movimentos internacionais, principalmente a revolta de *Stonewall* em 1969, em plena ditadura militar, um grupo de homossexuais do Rio de Janeiro e São Paulo organizam um jornal chamado Lampião da Esquina, que futuramente se tornou o grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual - com o intuito de informar, debater e construir pautas com a população LGBTI+ e para além dela, já que o movimento pontuava questões sociais de diversas minorias em direitos, no entanto, a resistência da população LGBTI+ começa antes desse momento, do qual será falado mais a frente (José Gomes e Maria Zenaide, 2019).

No primeiro momento o grupo Somos era composto apenas por homens, pois foi fundado por estes, mas, logo, as lésbicas começaram a se associar ao grupo, no entanto, a composição do grupo não dura muito e as mulheres lésbicas que faziam parte do Somos não sentiam suas pautas contempladas e percebiam certo machismo por parte dos homens gays, o que gerou uma série de conflitos e a separação do grupo de lésbicas com a fundação da GALF (Grupo Ação Lésbicas Feministas), e também foi fundado o jornal *Chanacomchana*, no qual as mulheres debatiam e se articulavam em suas reivindicações políticas (Carolina Torres, 2021).

Após esse momento fundacional do movimento, novos grupos começaram a surgir em outros lugares do país, dando força à realização do 1º Encontro de Brasileiros Homossexuais e 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados em 1980, nos quais já articulavam pautas com o intuito de despatologizar suas identidades e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os grupos se organizavam com diferentes metodologias e formatos, uns promoviam debates e estudos, outros faziam articulações políticas e sociais, outros eram vivenciais e de socialização, mas todos questionavam de alguma forma a hegemonia social imposta pela cisheteronormia (Regina Facchini, 2003).

Inoportuno dizer que o crescimento do movimento não durou muito na década de 80, pois colide com o surgimento da AIDS/HIV (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida/ Vírus da

Imunodeficiência Humana), está logo associada com as pessoas do movimento LGBTI+, chamada de 'peste gay', os grupos resistentes aos ataques logo se articularam em torno da pauta da AIDS ao lado do Estado a fim de articular de alguma forma saúde à população LGBTI+, esse momento também foi usado para uma tentativa de reestruturação do movimento (Gomes; Zenaide, 2019).

Os grupos permaneceram com o cunho político e continuaram reivindicando, no dia 9 de fevereiro de 1985, sobre a liderança dos movimentos Grupo Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia (GGB), o Conselho Nacional de Medicina deixa de considerar homossexualidade doença, antecipando, assim, a decisão da Organização Mundial de Saúde (OMS) que só retiraria a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1990. Em 1995, um momento importante à construção do movimento LGBTI+ enquanto movimento social acontece, após o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais) é criada (Gomes; Zenaide, 2019).

Alcançar a redemocratização do país foi um passo importante para o alcance dos direitos e criação de associações e outras entidades que combatam e reconheçam a LGBTIfobia, inclusive a própria forma de enxergar a patologia sobre essas vivências passou a ser diferente, assim, a discriminação passou a ser proibida pelos conselhos, incluindo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) com a resolução nº 1/1999 que veda qualquer atendimento discriminatório por parte da (o, e) profissional que for atender uma pessoas LGBTI+.

Entretanto, os altos índices de violências são persistentes contra a população LGBTI+, o Brasil ocupa a 14 anos o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam a população trans, incluindo, ainda, a pouca participação do Estado na coleta de dados sobre casos de violências, já que estes ainda permanecem como tarefa de associações e grupos de LGBTI+, como aponta o dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022, da ANTRA (Bruna Benevides, 2023).

Sobre a resistência LGBTI+ ter iniciado antes dos momentos acima datados, diz respeito aos inúmeros registros de identidades e manifestações que existem para além do eixo centro, sul e sudeste e mesmo durante a própria colonização brasileira, identidades e vivências atravessadas pelo discurso hegemônico do colonizador foram apagadas, silenciadas e domesticadas.

### **A resistência continua**

A patologização dos corpos LGBTI+ é fruto direto da concepção do discurso sobre o corpo, especificamente sobre a classificação dos sexos, como aponta Michel Foucault (1988),

a construção e concepção das sexualidades só é aceita se seguir a cartilha da identidade produzida pela moral cristã e biológica/médica, dessa forma, os corpos foram classificados de acordo com a suas genitálias e para essas foram atribuídos discursos de conduta que mediam e formulam o comportamento esperado, esse discurso de poder se atualiza e intersecciona em pautas como regionalidade, identidade sexual e gênero.

A população LGBTI+ tem e teve seus corpos e vivências patologizadas e racionalizadas pelo discurso biomédico e religioso no decorrer da história do ocidente, precisamos levar em conta os impactos desse processo sobre corpos e corpos, desde a colonização é imposto um padrão de humanidade baseados nos padrões brancos, cisgenero, heterossexual e monoteísta cristão, fugir desse padrão é não ser humano, indigno e improprio aos olhos dos outros. As identidades diversas de sexualidade e gênero já existiam e resistiam antes mesmo da colonização do Brasil, contudo, essa história não é reproduzida, o binarismo de gênero (homem e mulher), bem como a reprodução da heterossexualidade compulsória, são discursos que apagam a história dos que habitavam o país antes de seus colonizadores, importante fato para entender a concepção e importância da descolonização dos conceitos, internacionalização dos temas e da construção histórica da patologização dos corpos que divergem. (Geni Núñez, João Oliveira e Mara Lago, 2021).

Essa identificação de particularidades é importante para observar o cenário do Pará em específico nas décadas de 70 e 80, os movimentos LGBTI+ se articulam em torno de manifestações culturais, tendo destaque e como patrimônio de luta do movimento a festa da chiquita, iniciada em 1975, festa que vem em consonância com o evento já tradicional do Pará, o Círio, com as andanças, vivências e irreverências LGBTI+ as normas postas pela sociedade, é tradicionalmente frequentada por aqueles ditos *excluídos sociais* (Elton Rozario, 2020).

As articulações foram ganhando mais força e assim outras iniciativas foram tomadas resultando em conferências estaduais que possibilitaram articular debates e críticas a condição da população LGBTI+ em relação ao Estado, as contradições estão postas desde o princípio até aos ditos avanços, afinal, se já existem conselhos, leis, grupos e outras entidades representativas, por que ainda vemos tão pouco? Por que os acessos ainda são escassos? Tudo isso pautado nas frágeis concessões da institucionalidade partidária, no qual, as populações que andam pela tangente galgam espaços e direitos. Não podemos achar nem por um minuto que a luta acabou, afinal, o discurso da colonização se atualiza ao lado dos avanços em direitos (Rozario, 2020).

A construção e historicidade de cada regionalidade deve ser considerada quando pensamos nas manifestações LGBTI+, o processo de apagamento e degeneração da população

do Pará pode ser observado na coletânea de fotografias, matérias, biografias de etnógrafos que por aqui passaram e permitem um vislumbre do imaginário que se constituía sobre os indígenas, ribeirinhos, quilombolas e todos os outros povos que aqui habitavam, e ainda habitam, na qual a narrativa compartilhada era a de atraso, estática e vazio demográfico, esquecendo, assim, das considerações e movimentações de resistência, como é no caso festa da Chiquita. Consideram Milton Ribeiro e José Franco (2021):

Esta narrativa acaba por mobilizar uma ideia que resume o Brasil ao Sudeste, colocando a cidade de São Paulo, lida a partir da industrialização da época, como o epicentro da vanguarda do Movimento LGBTI, e reforçando a centralidade da política em detrimento do *artivismo* (Ribeiro e Franco, 2021, p. 13).

Para além disso, todo esse imaginário e narrativa ainda se apresenta enquanto entrave nas articulações de pautas e luta do movimento, bem como, mostra a necessidade de reconhecer as identidade e sexualidades para além do ponto de partida das organizações sul/sudeste, o movimento é mais amplo e de historicidade mais complexa que envolve toda a construção sócio histórica dos territórios.

Dessa forma, uma proposta de valorização das experiências de modo que se emancipe e empodere outro discurso político sobre o aprendizado das diferenças sociais de forma coletiva, é a construção de um ponto tangencial ao sistema tradicional de ensino, como aponta Hooks (2013), para transgredir no processo de aprendizado é necessário repensar como se ensina e ir para além do ensino bancário de reprodução de conhecimentos e exclusão, a inclusão do coletivo é necessária para a construção da conscientização e integração do conhecimento teórico e de vida que possibilita um ambiente de acolhimento mútuo, bem como a construção do senso crítico baseada na coletivização.

Na proposta de Hooks (2013), da pedagogia engajada, o processo de aprendizado perpassa pela coletivização e deve ser crítico e praticado, a separação do público e privado, entre o trabalho de lecionar e aprender, o que dificulta uma correlação dos aprendizados sobre ser e estar em sociedade é o conhecimento formal bancário que se ocupa da reprodução. Audre Lorde (2019) também aponta algo semelhante no que diz respeito às distorções nas formas de comunicação entre as pessoas, de forma específica para aqueles que dizem de alguma forma lutar pelo coletivo, os nossos discursos e práticas estão alinhados com a proposta colonizadora, pois, nascemos e crescemos imersos nas narrativas colonizadas, por isso tanta dificuldade de enxergar o outro em seus sofrimentos ou no lugar que ocupa socialmente, como diz Lorde:

Certamente existe diferenças muito reais entre nós, com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções sobre comportamento e expectativas humanas (Lorde, 2019, p. 144).

Portanto, grupos de trocas, debate e acolhimento são fundamentais para avançarmos nas pautas e reconhecermos as nossas diferenças e, em consequência, atingirmos novos espaços políticos, de encontro com esse pensamento, a LACIGS+ tem atuado para integrar cada vez mais as pautas LGBTI+, as comunidades e pessoas de Belém, transgredindo a metodologia do ensino bancário e almejando uma rede de acolhimento e conhecimento.

### **Amor e a comunidade na construção de uma educação libertária**

As questões políticas e o preconceito advindo dos padrões hetero-cis normativos que constroem o Brasil não estão longe das universidades. Como dito anteriormente, o ambiente acadêmico é perpetrado e, em muitos casos, compactua com o apagamento e a discriminação de pessoas LGBTI+ (Roberto Reis, Jacson Reis e Gael Benitez, 2016).

Pensar questões relacionadas a grupos politicamente e socialmente minoritários é também entender como os sistemas de ensino estão preparados para recebê-los e acolhê-los, pois, os movimentos sociais e o corpo estudantil vem pressionando os ambientes universitários para maior representação e acolhimento de corpos dissidentes da norma dentro de seus espaços, porém, estes, ainda são espaços violentos que propagam e perpetuam o preconceito (Rodrigo Moretti-pires, Marcelo Vieira e Mirelle Finkler, 2022).

Uma liga acadêmica que busca versar e pensar a vida de pessoas LGBTI+ precisa se conscientizar do lugar que estas ocupam nas universidades e como estes espaços podem ser adoecedores. Portanto é necessária uma visão mais ampla não somente do objeto de estudo e como este será visto e trabalhado, mas das pessoas que participam desse grupo. Atualmente, a LACIGS+ é composta 100% por pessoas LGBTI+, logo, mais do que pensar questões que mesclam ensino e extensão é preciso elaborar estratégias de cuidado interno, de criação e perpetuação de um ensino como forma de liberdade que, como explicado por Bell Hooks, seja capaz tanto de criar espaços de comunidade, como de estabelecer laços de amor e cuidado (2021).

Bell Hooks, em seu livro *Tudo sobre o amor* (2021) afirma que o amor como ato, como movimento que envolve respeito, cuidado e também está presente em comunidade. Pensar a educação como um lugar de exercício da liberdade também é pensá-la como um lugar de amor,

no qual o sentimento de coletivo, de comunidade é cultivado como forma de relação tanto entre os indivíduos como com a educação.

Pensar uma construção de comunidade através da educação é nutrir o sentimento de pertencimento, de intimidade entre todas as partes presentes naquele ambiente, sejam profissionais ou estudantes, professores ou alunos. É a confiança que faz com que as barreiras de raça, classe, gênero se abram na construção de um ideal coletivo em que se entende as diferenças e os privilégios, mas que se cultiva o amor e cuidado (Hooks, 2021b).

É a partir dos diálogos sinceros que os mundos se aconchegam a outros mundos, outras formas de se conhecer e de experienciar (Hooks, 2021b). Quando falamos de população LGBTI+, são essas construções coletivas que proporcionam um olhar atento ao outro que demonstram familiaridades e discordâncias, semelhanças e diferenças. É encontrar-se no outro como forma de construção de uma rede de apoio que se estende para além da academia.

A construção do ensino em comunidade é uma forma de se estabelecer relações de amor e cuidado. É entender que o amor também é coletivo. A população LGBTI+, em grande parte, não é aceita dentro de casa, onde, em tese, seria nosso primeiro lugar de vivência desse amor comunitário. Existe a ideia, criada culturalmente, de que esse amor almejado vai ser encontrado dentro da família, quando não, dentro de relacionamentos amorosos. O que aumenta a incidência de violência doméstica, inclusive entre pessoas LGBTI+, porém, por muitas vezes é no coletivo que encontramos o amor e cuidado necessários (Hooks, 2021).

O Amor comunal é o amor que tem como um de seus pilares o serviço. É o cuidado e a preocupação com o outro a partir de relacionamentos de amizades. Talvez esse seja o amor que cura (Hooks, 2021). Trabalhar a partir da universidade, com a população LGBTI+ escrevendo e produzindo sobre si mesmas, inclusive dentro de uma perspectiva das escrevivências, em que estes escrevem sobre si também, é reconhecer que esse aprendizado pode, em inúmeros casos, despertar gatilhos emocionais, resvalar em situações complicadas da vida desses indivíduos que em suma, são lembrados de suas orientações sexuais e identidades de gênero em diversos espaços, inclusive dentro da academia, na tentativa de descredibiliza-los, de apagá-los, envergonhá-los e outras violências que se perduram.

Bell hooks (2021b) questiona se é benéfico que o lugar de ensino se torne terapêutico, chegando à conclusão de que o objetivo não é disponibilizar terapia, mas criar espaços de cuidado e afeto, onde as pessoas sejam livres para compartilhar um pouco de si e ajudar na construção desses indivíduos, pois, segundo a autora, não existe como o crescimento educacional dos indivíduos ser separado do crescimento pessoal e do conhecimento de si.

Portanto, é de extrema importância, ao se trabalhar com a população LGBTI+ que se pense através de uma educação como forma de liberdade e comunidade. É a possibilidade de aquilombar pessoas que passam por questões parecidas, ajudar a construir ambientes de resistência e cuidado, de apoio e transformação pessoal.

O professor Eduardo Miranda (2021) enxerga o quilombamento moderno como uma construção potente de acolhimento e potencialidade para corpos subalternos. Como ambiente de troca e construção. Para o autor, todo quilombo promove um giro decolonial. Decolonial, por ir de encontro a norma europeia estabelecida desde a invasão do Brasil em 1500, a do homem branco, hétero, cisgênero e cristão. Nesse sentido os quilombos contemporâneos seriam vistos como estratégias contracoloniais. Para além disso, proporcionam um giro, no sentido de abrir possibilidade para uma transformação na visão de mundo daqueles que se dispõem a estar aquilombados, uma virada de chave e de caminhos na construção de sua vida e de si.

Portanto, estar aberto ao pensamento e a criação de espaços que estabeleçam não somente a construção de ensino e extensão, mas que contemplem as necessidades de seus participantes, que cultivem uma cultura comunitária, orgânica e que estabeleça o amor e o cuidado como forma de elaboração é imprescindível para uma Liga Acadêmica que trabalha corpos marginalizados dentro da sociedade.

Para além das construções acadêmicas e políticas é necessário o cuidado com os seus, o encontro em pares e a elaboração de estratégias de cuidado. O estabelecimento da intimidade e da segurança, da construção do contato entre diversos corpos/territórios que se constroem em coletivo também, no contato com o outro.

### **Considerações finais**

A partir das reflexões tecidas até aqui, compreendemos a importância de repensar e questionar o lugar que se constroem o conhecimento e os ensinamentos que são repassados, seja nas escolas, academias e universidades. Fazer o exercício de se perguntar que conhecimento é este? Se ele exclui ou inclui outras possibilidades de existência, e se propor a olhar para além da lógica eurocêntrica e cisheteronormativa.

Para além disso, a construção de uma sociedade mais justa para todes, independente de raça, regionalidade, classe, gênero e qualquer outro demarcador de identidade, perpassa pela criação de ferramentas para que as pessoas tenham acesso ao conhecimento e se possibilitem construir politicamente, principalmente levando em consideração que os movimentos tem crescido, mesmo com novas contradições e críticas postas, é importante que a luta continue até que se alcance o lugar de humanidade para quem foi renegado.

Portanto, é urgente desenformar e desengessar os espaços construídos sob séculos de violências, exploração e dominação e que perpetuam a morte de saberes, práticas e identidades que são invisibilizadas diariamente e fogem da norma imposta, mesmo diante das dúvidas sobre as limitações do que já se é esperado de uma Liga Acadêmica. Sendo assim, encontramos, a partir da LACIGS+, um espaço que se propõe a causar fissuras neste sistema, que vise o acolhimento e escuta, que reconheça a importância dos cuidados integrais, além de trabalhar temáticas que não são discutidas com o devido comprometimento em nossas formações, como diversidade sexual e de gênero, e a possibilidade de transformações no contexto social que estamos inseridos, logo a LACIGS+ é para além de uma Liga Acadêmica aos moldes do que está estabelecido como lógica.

Cabe a nós, diante do que foi exposto, o pensamento de propostas que desenvolvam novas formas de se fazer as Ligas Acadêmicas, desconstruindo o objetivismo e buscando uma relação mais ampla, real e significativa com as universidades e as instituições de ensino na tentativa de uma inclusão mas da ampla participação de pessoas LGBTI+ dentro da comunidade acadêmica, não apenas como estudantes, mas como corpos-territórios políticos, na construção não só de políticas afirmativas, mas na produção sobre a população.

## Referências

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. *Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política*. Revista Psicologia política. v. 15, n.34, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso); Acesso em: 10/ 08/23

BENEVIDES, Bruna. Dossiê assassinatos e violências contra travestís e transexuais brasileiras em 2022. Brasília-DF: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>; acesso em: 15/08/2023

CAVALCANTE, Ana Suelen; VASCONCELOS, Maristela Inês; CECCIM, Ricardo Burg; MACIEL, Gabriel Pereira; RIBEIRO, Marcos Aguiar. *Em busca da definição contemporânea de ligas acadêmicas: baseada na experiência das ciências da saúde*. Revista Interface. v. 25, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº1, de 22 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para as (os) psicólogas (os) em relação à questão da orientação sexual. CFP, 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 15/08/2023.

COSTA, Vanessa Meneses; RIBEIRO, Rita de Cassia; FAGUNDES, Andhressa Araújo; BARBOSA, Kiriaque Barra. *Ligas acadêmicas na formação do profissional de saúde para o sistema único de saúde: potencialidades e desafios*. Revista Demetra alimentação, nutrição e saúde, v. 15, 2020.

FACCHINI, Regina. *Movimento Homossexual no Brasil: Reconstituindo um Histórico*. Cadernos AEL, v. 10, 2003.

FARRANHA, Ana Cláudia; SILVA, Lucas Sena. *Interseccionalidade e políticas públicas: avaliação e abordagens no campo do estudo do direito e da análise de políticas públicas*. Revista Aval, v. 5, n. 19, 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

GOMES, José. ZENAIDE, Maria. *A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT*. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia. v. 8, n. 1, 2019

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Editora elefante, 2021.

HOOKS, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Editora Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2019.

LACERDA, Milena. Enredos sobre diversidade sexual e gênero na educação. IN: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Katia. (org.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo-SP: Expressão Popular, p. 211-230, 2018.

LIMA, Fátima. *Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada*. Arq. bras. psicol., vol. 72, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672020000300007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300007&lng=pt&nrm=iso); Acesso em: 06/08/2023

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Ed. Autêntica, ed. 1º, Belo Horizonte, 2019.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Decolonialidade se faz em/com Quilombos*. Revista Em construção. v. 9, 2021.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; VIEIRA, Marcelo; FINKLER, Mirelle. *Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT*. Revista Saúde e Sociedade. v. 31, n. 6, 2022.

NÚÑEZ, Geni. OLIVEIRA, João. LAGO, Mara. *Monogamia e (anti) colonialidades: uma artefaria narrativa indígena*. Revista do programa de pós graduação em ciências sociais. v. 16, n. 3, 2021.

REIS, Roberto Alves; DIAS, Jacson; BENITEZ, Gael. *A experiência do projeto de extensão uma-se contra a LGBTfobia: ações a favor de uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário*. Revista E-HUM, v. 09, n. 2, 2016.

RIBEIRO, Milton. FRANCO, José. *Quatro décadas de resistência queer: artevismo LGBTI na Amazônia Brasileira*. Cahiers des Amériques Latines, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/14015>; Acesso em: 15/08/2023.

ROZARIA, elton. para além das plumas e paetês: movimento lgbt no enfrentamento à lgbtfobia no brasil. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2019, Espírito santos. Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades. Victória: UFES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22595>. Acesso em: 10/08/2023.

SOUZA, Leonardo Santos; NOGUCHI, Cinthia de Sousa; ALVARES, Lucas Bondezan. *Uma nova possibilidade de construção do conhecimento em psicologia*. Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia. v. 10, n. 1, 2019.

TRZAN, Alexandre; MATTAR, Cristine. *Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais: Intersecções: volume I*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

TORRES, Carolina. Movimento lésbico brasileiro: história, pautas e conquistas. Portal Politize, 05 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-lesbico-brasileiro/> Acesso em: 15/08/2023.

Diversidade  
& Educação

Recebido em maio de 2024.  
Aprovado em julho de 2024.